

A TRANSFIGURAÇÃO DO REAL EM ARTE LITERÁRIA VISTO NOS “SERTÕES” DE EUCLIDES DA CUNHA

Telmo de Maia Pimentel¹

Kelly Cristhel do Nascimento Pimentel²

RESUMO – O estudo a seguir trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura em que de forma dialógica mostrar-se-á a transfiguração do real em arte literária em “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Tudo será observado a partir dos aspectos da produção, do texto em si e da recepção. No que concerne à produção, volta-se para o contexto social, político e cultural em que foi gerada e para dados da autoria. Quanto ao texto, foca-se nos temas e nos substratos filosóficos e literários, portanto, metafóricos da narrativa. Já a recepção é vista especialmente a partir da apropriação de suas teses no campo da religiosidade popular e do entendimento das correntes científicas as quais influenciaram o pensamento moderno.

PALAVRAS-CHAVE – Texto, Narrativa, Recepção, Transfiguração e “Os Sertões”

ABSTRACT - The following study is a literature review research in which the transfiguration of reality into literary art in “Os Sertões” by Euclides da Cunha will be shown in a dialogical way. Everything will be observed from aspects of production, the text itself and reception. With regard to production, it turns to the social, political and cultural context in which it was generated and to authorship data. As for the text, it focuses on themes and philosophical and literary substrates, therefore, metaphorical narrative. Reception, on the other hand, is seen especially from the appropriation of his theses in the field of popular religiosity and the understanding of scientific currents which influenced modern thought.

KEYWORDS - Text, Narrative, Reception, Transfiguration and “Os Sertões”

¹ Graduado em Letras UFMT (1998), Especialista em Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Prática Docente – UNIVAR (2001), Especialista em Docência no Ensino Superior (UNIVAR (2014), Mestre em Letras, Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO 2010), Professor efetivo da rede pública estadual de educação de MT, bem como, professor do Centro Universitário do Araguaia – UNIVAR. E-mail : telmomaiapimentel@gmail.com

² Graduada em Letras - UFMT (2008), Especialista em Ensino de Língua e Literatura – UFMT (2009), Mestrando em Linguística (PPSÇCI/UEG) e Professora da Rede Estadual de Ensino – SEDUC-MT – E-mail: kellycristhel@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

O estudo a seguir faz parte de uma pesquisa de cunho bibliográfico cuja finalidade macro é mostrar como de forma artística e porque não dizer brilhante Euclides da Cunha conseguiu produzir uma narrativa onde realidade e ficção misturam-se. Observaremos como e porque a saga de Antônio Conselheiro e seus comandados publicada em (1902) é obra lida até hoje porque seu autor ultrapassou, por diversas vezes, o cientificismo que se espalhou no final do século XIX e início do XX no Brasil. Se o evolucionismo, a antropologia racista e o determinismo geográfico se fazem presentes no livro, a identificação do autor, Euclides da Cunha (1866-1909), com o sertanejo, visível em algumas passagens, relativiza esse aspecto ideológico. Colocado frente a frente com um sertão mágico, Euclides provoca em sua narrativa rupturas na conservadora visão das narrativas imperialistas, produzindo uma crítica da razão colonialista. A sua formação de engenheiro militar, sob a égide do positivista-mor Benjamin Constant (1836-1891), decerto teve papel iniciador na proliferação de adjetivos preconceituosos e desmerecedores da realidade sertaneja e suas gentes presentes no livro, como também a impressionante sobrecarga de leituras científicas que levou a cabo durante os cinco anos de redação da obra.

No entanto, a sensibilidade e o sentido trágico da existência pessoal do autor,

equilibraram essa tendência cientificista, responsáveis diretos que são por páginas plenas de aspectos trágicos e dramáticos revestidos de uma revolta incontida.

Canonizado como uma das obras-primas da literatura universal, talvez a maior do Brasil, Os Sertões não se encaixa em nenhum gênero definido. Misto de reportagem, libelo político, história, retrato geográfico-antropológico e ficção, essa obra perene ainda nos encanta com sua escritura apaixonada e tortuosa e seu sentido pleno de tragicidade onde realidade e arte literária se misturam em um balanço estético e artístico que somente a mente de um gênio como Euclides poderia produzir.

O texto é produto do desencanto de Euclides com a jovem república. Cobrindo para o jornal O Estado de São Paulo o cerco à localidade sertaneja, o autor foi se inteirando aos poucos de um Brasil que não conhecia um mundo mítico que se contrapunha em todos os sentidos ao urbanismo decantado pelos republicanos, mas no qual, com sua sensibilidade extrema, Euclides percebia profundas contradições. Daí o tom de denúncia da obra, nascida do objetivo de desmascarar os pressupostos purificadores veiculados pela república ao dizimar Canudos.

A obra se reveste de uma estrutura singular. Divide-se em três partes: A terra, O homem e A luta. Na primeira, Euclides faz um apanhado da geologia, fauna e flora sertanejas,

embasado em suas observações in loco e na obra de naturalistas e geólogos nacionais e estrangeiros, e numa linguagem cientificista, porém absorvente, dado o tom fatalista que a permeia. A natureza aqui tem um caráter antropomórfico, advindo sua aridez e tortuosidade mais da personalidade angustiada do autor do que da realidade que pretendia retratar. Na segunda, Euclides faz um estudo sobre o sertanejo nordestino, mediante a história de sua formação étnica, com o fito de entender a figura paradoxal de Antônio Conselheiro e o estabelecimento do arraial. Nessa parte, Euclides se apropria da antropologia física do período, principalmente a de Nina Rodrigues, ainda que em alguns trechos deixe antever sua aproximação com o historicismo, abrindo caminho para os que lhe seguirão, como Gilberto Freyre. Na terceira, Euclides discorre sobre o longo e doloroso confronto entre o incipiente exército brasileiro e a comunidade de Canudos, que demandou quatro expedições.

Essa divisão do livro explicita a visão de Euclides sobre o homem. Para ele, seríamos fruto antes de tudo da natureza. Os seus limites e possibilidades é que impulsionariam ou retardariam a civilização. A cultura, por conseguinte, teria peso subsidiário, adequando-se ao sentido finalístico ou evolutivo da natureza. Esse positivismo arraigado, no entanto, não cegou o autor para as contradições

sociais, que o revoltavam a ponto de levá-lo, mais tarde, a aderir ao socialismo. Não o revolucionário, e sim o reformista da social-democracia, que tem raiz mais no socialismo utópico do que no comunismo (marxismo).

Do ponto de vista da psicanálise surge uma leitura possível dos motivos da divisão do livro. Posto que, esta tripartição da obra traduziria a busca euclidiana da cena original, da experiência traumática, ou seja, de um trauma que desaguaria na neurose, portanto incrustada no inconsciente coletivo da nação brasileira. No final do século XIX, destaca-se uma obra que aborda o tema da história que resulta no trauma, o livro citado é: Assim falou Zaratustra (1883-1885), de Nietzsche. No texto de Euclides a história longe de ser o Nirvana se instala como trauma e repetição.

2 - FICÇÃO E IDENTIDADE SOCIAL

Dentro da tradição cultural brasileira, talvez o livro que evoque mais diretamente a problemática das relações entre literatura e história seja *Os sertões*, de Euclides da Cunha, fonte primordial, ainda que não única e nem incontroversa, para o estudo da Guerra de Canudos.

Em princípio uma obra literária não ficcional e de propósito explicitamente histórico não parece ser o melhor exemplo das

possibilidades do uso da literatura como fonte de pesquisa histórica, pelo excesso de obviedade.

O livro pode, contudo, ser explorado para além de seu conteúdo factual, como objeto cultural específico que carrega em si um universo de percepções, conhecimentos e contradições, altamente expressivo da sensibilidade e dos dilemas de seu tempo.

A obra representa para os historiadores um desafio que, no princípio, não é muito diverso daquele enfrentado pelo leitor comum. Um bem-sucedido leitor que, depois de cruzar um semiárido de paradoxos, preciosismos vocabulares, termos científicos, arcaísmos e imagens barrocas, chegue à última frase d'*Os Sertões* ansioso por um sentido final pode decepcionar-se de vez ao encontrar o desfecho centrado na premissa que venceu o bem, representado pela farsa da justiça republicana.

Afinal, o imenso estoque de conhecimento manipulado por Euclides da Cunha para composição de sua obra permite definir o texto a partir do adjetivo *cientificista*. Uma análise mais perspicaz é capaz de perceber, na produção intelectual de Euclides da Cunha, uma visão da história marcada por um indelével fundo romântico, perceptível na representação dramática da natureza e do tempo histórico, no discurso socialmente engajado, na recorrente imagética das ruínas.

No caso d'*Os Sertões*, entretanto, sobre esta base foi construída uma sólida criação científica, a partir da qual o autor inseriu-se em um vivo debate acerca dos rumos da sociedade brasileira no início do período republicano. O fato é que, se o leitor atual enfrenta inúmeras dificuldades de reconhecer as questões postas em discussão, e materializadas em conceitos anacrônicos, termos técnicos e científicos, livros e autores hoje pouco conhecidos, supõe-se que aqueles que primeiro se defrontaram com a obra, o público culto a quem escritor se dirigia e com o qual debatia, compartilhava com o escritor um universo mental que uma leitura historiográfica d'*Os Sertões* pode ajudar a reconstituir.

Um dos caminhos possíveis a percorrer a partir daí é uma espécie de arcabouço intelectual da obra literária, na busca de compreendê-la a partir de seus próprios termos. Este trabalho depende do conhecimento do processo de formação do intelectual e suas instituições, das modas científicas e literárias, dos temas e polêmicas em curso, da concepção de história em vigor e do fluxo de ideias e livros. Seguir as pistas deixadas pelo próprio texto pode ser o passo seguinte desta pesquisa, ainda que nem sempre totalmente seguro, uma vez que a ética da citação bibliográfica não se estabelecia nos mesmos termos de hoje, e que determinadas ideias e conceitos tornavam-se

por vezes tão difundidos que sua origem se perdia no senso comum.

Isso sem contar que, de acordo com o padrão intelectual do período, as obras de síntese e divulgação, grandes *best-sellers*, algumas vezes tornavam mais célebres os divulgadores que os verdadeiros autores. Ideias são, muitas vezes, captadas de segunda, talvez de terceira mão, convertendo-se em termos vagos e imprecisos, o que os fazia ainda mais úteis ao discurso ideológico, por mais flexíveis. Raça e evolução, com seus diversos derivativos, são os melhores exemplos.

Torna-se preponderante uma exegese como tal exige que os próprios termos da discussão sejam devidamente definidos, o que no caso desta pesquisa específica em torno d'*Os Sertões* apontou o recurso à leitura de alguns autores citados como autoridades pelo escritor e seus contemporâneos. Tais autores referendavam a interpretação sociológica do Brasil aí desenvolvida, a partir dos parâmetros da chamada geração de 1870.

No contexto brasileiro, outras eram as condições sociais e históricas e, portanto, outras eram as questões em debate. O problema racial é com certeza o exemplo mais eloquente.

Neste esforço, em grande número de vezes o resultado foi a defesa da superioridade da elite branca de origem lusa em relação ao povo mestiço, isto exigiu um uso bastante seletivo das teorias raciais, o que envolvia certa

dose de distorção dos conceitos originais, de acordo com sua conveniência e em seguida a um processo de *aclimatação*.

A veiculação de ideias afins entre diversos intelectuais demonstra que, a partir dos mesmos princípios científicos, os autores chegavam com frequência a conclusões diferentes. Seguir os rastros de alguns conceitos e ideias entre obras diferentes pode contribuir para delinear discussões mais genéricas que nem sempre são explicitadas nos textos. Voltando ao livro de Euclides da Cunha, um bom exemplo disto é a inserção do escritor no debate sobre a possibilidade de formação de uma raça eminentemente brasileira, ponto em que suas especulações se chocam com a célebre teoria do branqueamento apresentada por Sílvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira*. Ainda que Romero fosse à época a referência para tais especulações, ele não é citado, mas sua concepção ideológica pode sem dificuldade ser percebida na leitura d'*Os Sertões*.

3 – A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA

Escrito como testemunho da história, o texto d'*Os Sertões* envolve uma intrincada fabulação. Seu conteúdo historiográfico e científico não se opõe à imaginação, como se pode observar a partir do uso flexível dos

conceitos, da criação de genealogias sociais, do traçado de trajetórias no espaço geográfico, da concepção de formas de simbiose entre os grupos humanos e seu ambiente, de encenações dotadas de intenso simbolismo religioso, do privilégio do paradoxo e do oxímoro. Este discurso do conhecimento e do convencimento implica na manipulação de elementos comuns à história e à literatura para a criação de uma realidade textual que pertence a ambas, como narrativas dotadas de uma inteligibilidade que organiza o real de modo verossímil.

O próprio Euclides da Cunha descreveria em seu discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras um sentimento de confusão entre a realidade concreta e a imaginada, ao referir-se à percepção do poder de criação e transformação conferido ao homem pela ciência e pela técnica.

O conteúdo místico e transfigurador deste discurso evidencia o intenso desejo de transformação do real característico do pensamento modernizador, embora uma obra como *Os Sertões* seja, por outro lado, o melhor exemplo de suas bases conservadoras do ponto de vista social, no caso brasileiro.

Um dos eixos temáticos em que se organiza a obra de Euclides da Cunha é a representação da natureza brasileira sob o ponto de vista da formação nacional, o que conduz à percepção da importância deste tema na vida

intelectual do país no período compreendido entre 1870 e 1922.

As relações entre literatura e história estão no centro de debates da atualidade e apresentam-se no bojo de uma série de constatações relativamente consensuais que caracterizam a nossa contemporaneidade na transição do século XIX para o XX. Antes de empreender qualquer trabalho de análise do tipo que nos propomos, é preciso considerar que tanto os relatos históricos quanto as interpretações literárias constituem-se como tentativas de abordar um dado fenômeno da realidade.

Muitos são os estudos que tentam explicar a estreita relação que há entre história e ficção. Isso porque a História diz respeito a todo o universo de acontecimentos que envolvem o homem em sociedade, e a ficção procura representar os fatos históricos reconstruindo-os pela imaginação criadora do autor.

Nesse sentido, a narrativa histórica e a narrativa ficcional se confundem em limites nem sempre perceptíveis, já que ambas são discursos, em relação a isso salienta Hutcheon (1991, p.122) “O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado”.

A história são os fatos ocorridos ao longo dos tempos, como o homem sempre sentiu necessidades de expressar seus sentimentos, ele achou na literatura uma arte na qual pudesse manifestar suas opiniões, desejos, frustrações, etc. A literatura, por sua vez, é uma arte verbal, em que o autor dotado de uma percepção aguçada, vive, observa, questiona, sente seu espaço, em função disso, tem um poder imensurável para captar a realidade através dos sentimentos. Usando sua imaginação criadora faz a leitura sensível do real, portanto atribuindo um novo significado á realidade, reelaborando uma nova realidade por intermédio de uma linguagem diferenciada, pela ornamentação, escolha e seleção criativa dos códigos linguísticos.

Tamãha é a relação entre literatura e história que alguns críticos vão chamar esta última como objeto extrínseco da obra de arte, em outras palavras é possível entender um dado fato histórico por meio da literatura e, esta por sua vez, tira proveito da história para fazer seu objeto artístico. É evidente que há diferenças que distingue o texto literário do histórico, visto que o primeiro não precisa comprovar a veracidade dos fatos, já o segundo precisa ser construído a partir de documentos e fontes confiáveis, embora em algumas ocasiões o discurso histórico também é elaborado por intermédio de pontos de vista subjetivos de seu autor.

A compreensão de que a literatura é, além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural, portanto uma possibilidade de registro do movimento que realiza o homem na sua historicidade, seus anseios e sua visão de mundo, tem permitido ao historiador assumi-la como espaço de pesquisa. Nesse sentido, história e literatura tem se misturado de tal forma que somente por meio dos sentidos criados por elas para explicar um dado fato histórico em determinado tempo é que seja possível caracterizar cada uma delas. Em ralação a isso Trouche coloca:

[...] entende serem a escrita da história assim como da literatura, antes de mais nada, discursos. Ficção e história constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado. (TROUCHE, 2006, p.41)

O sentido construído no discurso histórico e literário além de ser a água divisora do fictício para o não-fictício é construído a partir dos sistemas de significação que é possível adquirir um dado fato histórico, quanto a isso Hutcheon salienta:

[...] Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses “acontecimentos” passados em “fatos” históricos presentes. Isso não é um “desonesto” refúgio para escapar á verdade, mas um reconhecimento da função de produção de sentido dos construtos humanos.(Hutcheon, 1991, p.122).

A investigação do sentido do texto literário e histórico só pode ocorrer a partir da análise de seus discursos. A narrativa histórica e literária são, portanto, formas de discursos usados para retratar os acontecimentos do real, e somente por intermédio da análise criteriosa, como já foi dito, dos sentidos causados pelos mais diversos discursos, poderemos detectar os limites do ficcional do não-ficcional.

Isso por que como diz White (1994,p.16) o intuito do discurso é constituir o terreno onde se pode decidir o que contará como um fato na matéria em consideração e determinar o modo de compreensão mais adequado ao entendimento dos fatos assim constituídos.

A literatura e a história se materializam no jogo e no trato das palavras, dos códigos linguísticos. A narrativa é a base desses conhecimentos. Literatura e História não se excluem, mas também não se completam, entretanto podem ser consideradas como via dupla do conhecimento humano. Por não ter um contrato assinado com a verdade absoluta dos fatos ao narrar, a literatura escapa para o viés do fingimento artístico, diferente da história, que mesmo se livrando do discurso oficial não se livra do mostro da verdade, do seu compromisso com o real.

Euclides da Cunha em “Os Sertões” de forma figurativa e imaginativa não só descreve Conselheiro em seus momentos de aclave e

declive social, mas estrapola os sentidos dos códigos ao mostrar um homem que jamais a história conseguiria desenhar, talvez pelo compromisso que esta tem com a verdade. Em contrapartida, segundo Linda Hutcheon (1991, p.146) “para a verdade da arte, a realidade externa é irrelevante. A arte cria sua própria realidade, em cujo interior a verdade e a perfeição da beleza constituem o infinito refinamento dela mesma”.

Interessante observar que na primeira citação que trata da história oficial, Myrian Becho (2010) faz alusão á obra “Os Sertões” de Euclides no sentido de que esta parece ser mais completa de sentidos. Em outras palavras, percebemos a própria historiadora sendo incapaz de explicar o fato histórico e recorrendo á literatura para tal explicação.

Em relação a isso White (1994, p. 63) coloca o seguinte: “E, enquanto a história se recusa a usar os olhos que tanto a arte moderna quanto a ciência moderna lhe podem dar, ela permanecerá cega”.

Tanto a história quanto a literatura têm como objeto final, uma narrativa. As duas recontam, narram. Falam sobre fatos, acontecimentos, sobre a realidade. Ambas têm personagens, tramas e enredo na urdidura de sua construção. A tessitura literária e a tessitura histórica muitas vezes se misturam, confundem-se, têm suas fronteiras muito próximas, de difícil delimitação as vezes.

O discurso histórico e o ficcional são, portanto, próximos, dialogam entre si. Ambos são linguagem e como tal tentam representar o mundo em sua volta, interpretá-lo, compreendê-lo, significá-lo. Assim, constroem sentidos para o real, para as experiências com o real a partir da linguagem. A literatura e a história constituem como forma de ver o mundo, são gestos de leitura, de percepção da realidade, e por fim, gestos de escritura das significações que damos aos contextos em nossa volta.

Antes de iniciar algumas considerações sobre o romance histórico, gostaria de frisar ainda, que alguns estudiosos modernos têm feito os historiadores repensarem a maneira de conceber os fatos históricos. São reflexões que têm culminado no que convencionou denominar de “nova história”, na verdade essa terminologia tem sido frequentemente usada para evidenciar a ruptura com o modelo histórico tradicional.

A nova história mostrou que a forma de caracterizar o fato histórico no paradigma tradicional estava sendo um fardo para o historiador visto que ele estava desconsiderando os modelos críticos que atualmente vão sendo estabelecidos entre a arte e a ciência. Estava sendo incapaz de usar um método mais satisfatório de investigação na explicação dos fatos ocorridos no contexto social, como diz Hhite (1994,p.45) “a história tal como costuma conceber os acontecimentos,

é um tipo de acidente histórico”, ou seja, o historiador para muitos pensadores não têm conseguido alcançar êxito na explicação dos chamados “fatos históricos” como bem tem feito os filósofos das ciências contemporâneas. No que diz respeito a isso, menciona White:

[...] Muitos historiadores continuam a tratar os seus “fatos” como se fossem “dados” e se recusam a reconhecer, diferentemente da maioria dos cientistas, que os fatos, mais do que descobertos, são elaborados pelos tipos de pergunta que o pesquisador faz acerca dos fenômenos que tem diante de si] (WHITE,1994, p.56)

Por tudo isso, o historiador precisa ir ao encontro de mecanismos metodológicos e críticos que possam possibilitá-lo resgatar a dignidade dos estudos históricos, em outras palavras que consiga ir ao encontro das aspirações defendidas pela comunidade científica do momento.

Ainda convém destacar, que a história só deixará de ser fardo para os historiadores quando estes passarem a analisar as estruturas dos fatos históricos, isto é, que a realidade deve ser analisada no seio da sociedade e que ela pode ser construída por parâmetros culturais. Para ilustrar este pensamento, Peter Burke (1992, p.15) ressalta que “só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura a outra”.

Assim sendo, são fundamentais os questionamentos a respeito do próprio estatuto da história e as tentativas de compreender o papel social do historiador. O processo de produção do texto histórico também passou a ser interpretado à luz da experiência literária. Isso será percebido a seguir com o estudo do romance histórico.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões contidas neste trabalho, desde seu início atestam a importância de Euclides da Cunha, como referência indispensável, não só para a Literatura, bem como para a História, a Sociologia, a Antropologia cultural, as Ciências da Terra e a Geografia Humana, como também para a cultura de contrastes e miscigenação na tentativa de captar o processo de construção da identidade nacional.

Na qualidade de obra emblemática da Literatura Brasileira *Os Sertões* põe em pauta questões de ordem social, políticas-ideológicas, como o caso do antagonismo acirrado entre Monarquia e República e, principalmente aspectos de natureza filosófica de influências externas; trazendo para o Brasil e para a intelectualidade brasileira o debate sobre duas concepções de mundo: a romântico-moderna e a positivista, que alertam para a existência de dois brasis: do litoral e do sertão.

Desse modo, Euclides da Cunha se apresenta como o divisor de águas, mormente do que concerne a identidade nacional, considerando a existência de uma República mesclada e dividida entre a crença em um sonho de unidade e a constatação da diversidade na formação do tipo brasileiro, sob a égide da ficção e da história.

Na visão euclidiana o sertanejo evolui da sua condição inferior, em face do desmoroamento do homem, provocado pelo pensamento cientificista naturalista, para a condição de herói nacional, especialmente aquele do sertão que é chamado pelo autor de *forte*, posto que possui os elementos essenciais capazes de instaurar a verdadeira nação.

Os Sertões imortaliza pelo viés artístico-literário a utopia da criação de uma sociedade civilizada. Ele reveste-se das nuances épica e trágica, ao realizar a transfiguração do homem, da terra e da luta pela linguagem simbólica que engendra em seu discurso a totalidade de um momento *sui generis* na história do Brasil.

Pelo discurso euclidiano Canudos jamais se renderá, porque ele sempre representará a eterna vocação para a resistência de uma sociedade que um dia suplantará as forças aniquiladoras da ação coletiva e da transformação individual. Enquanto houver forças e personagens como Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro, haverá também a possibilidade de afirmação e da existência

plena de uma nação brasileira e de uma Literatura nacional.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. **Mimeses**, 4ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2001, 507 p.

BACHELARD, Gastón. **A Poética do Devaneio**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ªed, São Paulo: Martins Fontes, 2006, 205p.

BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**, trad. Mário Laranjeira, São Paulo: Editora Brasiliense, 199, 372p.

BORDINI, Maria da Glória. (Org.) Antônio Marcos Sanseverino et al. **Lukács e a literatura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Coleção Teoria da Literatura 1)

BURK, Peter. **A Escrita da História**: Novas Perspectivas, Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da USP, 1992. (Biblioteca Básica)

CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio W. de (Orgs). **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2001

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**, São Paulo: Editora Martin Claret, 2008, 637p.

_____. **Os Sertões**, 3ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 500p.

DURAND, Gilbert. **O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**, Trad. René Eve Levié. 3ª ed. Rio de Janeiro: DEFEL, 2004, 128 p.

HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance moderno**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, ed.34, 2000, 240 p.

MACHADO, Roberto. **Foucault a Filosofia e a Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, 186p.

REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura**. 2ª ed. Lisboa: Almedina, 2001

RICOER, Paul. **A Metáfora Viva**. Trad. Cristina Peres de Freitas. 2ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 500 p.

TELES, Gilberto Mendonça. **Retórica do Silêncio I**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. 394 p.

TROUCHE, André Luiz Gonçalves. **América: história e ficção**. Niterói, RJ, Eduff, 2006

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura**; Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994 – (Ensaio de Cultura, vol. 6)